



Em São Paulo, jornalistas definem frentes de luta



Impresso Especial

3600137940 - DR/PR

SIND. DOS JORNALISTAS

CORREIOS



EXTRA PAUTA



JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ

Nº 85 | Novembro/Dezembro - 2008 | ISSN 1517-0217

<http://www.sindijorpr.org.br> | sindijor@sindijorpr.org.br

CONVENÇÃO COLETIVA

O POSSÍVEL, BEM LONGE DO IDEAL

Período foi de ganhos consideráveis para as empresas, que não assumiram negociação e rejeitaram aumento real

OS JORNALISTAS paranaenses, que têm data-base em outubro, só conseguiram fechar a Convenção Coletiva de Trabalho em dezembro – e sem qualquer avanço significativo nos nossos direitos. Conseguimos apenas a reposição da inflação, 7,04%, e a promessa de uma retomada da negociação a partir

de março. Por outro lado, a iniciativa dos patrões – que viveram dias de particular êxito em seus negócios – de suprimir os direitos dos jornalistas foi o estopim de uma mobilização que há muito não se via e que servirá certamente para dar impulso às nossas demandas na negociação em 2009.))Páginas 6 e 7

HISTÓRIA

Para que serve um sindicato de jornalistas?

)) Página 9

SANGUE NOVO

Sindicato promove prêmio e realiza seminário

)) Páginas 4 e 5

DEMOCRATIZAÇÃO

Movimento quer Conferência de Comunicação já em 2009

)) Página 11

DIPLOMA

A batalha pelo pilar da regulamentação em momento decisivo

)) Página 12



Mobilização cada vez mais necessária

NÓS, jornalistas paranaenses, vivemos em 2008 de um lado na expectativa de conquistarmos uma ampliação de direitos e, por outro, alinhados aos demais jornalistas brasileiros aguardando a decisão definitiva do STF sobre a exigência de formação superior específica para o exercício da profissão.

Fechamos o ano com certa frustração. Conquistamos a reposição da inflação e a promessa patronal de que vamos ter uma efetiva negociação permanente em 2009. Pouco, para quem desejava aumento real, vale alimentação entre outros direitos absolutamente compatíveis com a realidade ascendente das finanças das empresas. Pouco, sobretudo, para a realidade dos demais trabalhadores do Estado e do país, que vêm em sucessivos anos de expansão de direitos – especialmente com reajustes salariais acima da inflação.

Ainda concluímos o ano sem uma definição sobre o mais importante elemento da nossa regulamentação: a decisão sobre

a obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo ficou para 2009, ano em que o STF também deve se pronunciar sobre a constitucionalidade da Lei de Imprensa. Assim se arrasta por mais tempo a longa espera por uma definição acerca da necessidade de formação, aguardada desde 2001, quando da primeira decisão equivocada da Justiça Federal que iniciou o processo de depreciação da nossa profissão.

No entanto, tanto na campanha de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho quanto nas atividades de mobilização em prol do diploma, o que se percebeu foi uma mobilização consideravelmente maior dos profissionais aos assuntos da categoria. As assembleias para a discussão da campanha salarial voltaram a contar com grande número de profissionais; os jornalistas puderam também realizar assembleia na delegacia de Foz do Iguaçu; as atividades de lançamento do livro “Formação Superior em Jornalismo – Uma Exigência que Interessa à Sociedade” contaram com a

presença de dezenas de profissionais, além de estudantes.

Os profissionais estão percebendo a importância de estar atentos aos temas da categoria, pois sabem que, direta ou indiretamente, cedo ou tarde, a decisão por lutar pelos seus direitos ou se abster da luta vai impactar a sua própria realidade. Portanto, a necessidade de mobilização, sempre enfatizada e reafirmada pelo Sindijor e por todo o movimento sindical, é sentida de fato pelos jornalistas, que vêem sua profissão açoitada por várias frentes.

Se, apesar desta maior participação dos profissionais, tivemos em 2008 um saldo longe do ideal, não há aí motivo para desânimo ou retração da categoria. Ao contrário, temos de continuar enfatizando nossa posição em favor do diploma diante do julgamento que se aproxima e continuar nos colocando firmes nas negociações com o patronato. Somente assim neste momento poderemos dar uma resposta coerente nossas lutas do passado e superar as adversidades presentes.

EXPEDIENTE

EXTRA PAUTA é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. **Endereço:** Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. **Fone/Fax:** (041) 3224-9296. **E-mail:** sindijor@sindijorpr.org.br

Jornalista responsável:

Márcio Rodrigues (MTb 2759/PR)

Redação: Adir Nasser Junior
extrapauta@sindijorpr.org.br

Colaboraram: Anieli Almeida, José Carlos Torves, Mario Messagi Junior, Emerson Castro

Fotografias: Osni Gomes, Nani Gois, Leandro Taques e Gisela Gutarra.

Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor
(www.ctrlscomunicacao.com.br)

Impressão: Helvética Composições Gráficas Ltda. (Rua Des. Westphalen, 3047 - Curitiba-PR)

Tiragem: 3.800 exemplares

As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.

DIRETORIA ESTADUAL

Diretora-presidente: Anieli Almeida, **Diretor-executivo:** Osni Gomes, **Diretor financeiro:** Marco Assef, **Diretor de Defesa Corporativa:** Márcio Rodrigues, **Diretor de Formação:** Valdir Cruz, **Diretora de Saúde e Previdência:** Cláudia Gabardo, **Diretor de Imagem:** Pedro Serápio, **Diretora de Ação para a Cidadania:** Maigue Gueths, **Diretores administrativos:** Josiliano Mello, José Rocher, Mário Messagi Jr. e Thea Tavares

DELEGACIAS REGIONAIS

FOZ DO IGUAÇU: Vice-presidente regional: Alexandre Palmar, **Diretor de Defesa Corporativa:** Douglas Furiatti, **Diretora de Formação:** Patrícia Lunovich

CASCABEL: Vice-presidente regional: Fábio Conterno

PONTA GROSSA: Vice-presidente regional: Claudia Oliveira

Conselho Fiscal: Daniela Neves, Edson Fonseca e Sílvio Rauth Filho

Suplentes:

João A. Ribeiro e Wagner de A. Aragão

CONSELHO DE ÉTICA

Vânia Mara Welte (presidente), Aurélio Munhoz, Christiani Helena de Moraes, Ricardo Bruel (Ministério Público do Trabalho) e Roni Anderson Barbosa (Central Única dos Trabalhadores - CUT).

ARTIGO

Liberdade e regulamentação

José Carlos Torves *

NO ANO em que estamos comemorando 200 anos da imprensa no Brasil e 100 anos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), primeira organização de jornalistas no país, estamos às voltas com o julgamento da nossa regulamentação profissional (Decreto-Lei 972/69) pela mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), sob a alegação de que não foi recepcionado pela Constituição Federal.

Antes de focar nas origens dessa situação em que nos encontramos, é bom voltarmos no tempo para que a história faça justiça com os jornalistas que lutaram e lutam na defesa da regulamentação profissional e da formação.

Em 1908, quando da eleição da primeira diretoria da ABI, o presidente eleito, Gustavo de Lacerda, repórter, em seu pronunciamento de posse colocava como objetivo prioritário a luta por uma regulamentação profissional e uma formação específica em jornalismo. Gustavo, que não tinha o equivalente ao segundo grau de hoje, sentia a necessidade não só da formação, mas também da regulamentação, justamente para qualificar o Jornalismo.

Este quadro perdurou até 1938, época em que tivemos a primeira regulamentação, com a necessidade de registro da profissão no Ministério do Trabalho. Em 1949, editamos o nosso primeiro código de ética. Em 1962, um seminário nacional sobre regulamentação profissional em Minas Gerais, criou uma comissão com tarefa de elaborar uma proposta de projeto de lei regulamentando a profissão, inclusive com a exigência do diploma. Esse texto foi encaminhado ao ministro Jarbas Passarinho, que fez várias mudanças. Mais tarde, em 1968, reformulamos

o nosso código de ética e continuávamos tentando aprovar no Congresso Nacional o projeto da regulamentação.

Não contávamos com os fatos graves que se precipitaram um mês após esse encontro. O presidente Costa e Silva, doente, foi afastado do cargo e substituído por uma Junta Militar, que, sob o AI-5, fechou o Congresso Nacional. Tudo fazia crer que nossas esperanças de ter uma regulamentação estavam sepultadas. Contudo, em 17 de outubro de 1969, a Junta Militar editou o decreto-lei 972/69, regulamentando a nossa profissão, com várias mudanças em relação ao projeto original. Portanto, o decreto-lei não foi um presente da Junta Militar para os jornalistas, mas resultado de uma luta da categoria de longos anos, desde 1939, e que acabou se concretizando num momento de exceção do país por mera coincidência conjuntural.

Em janeiro de 1979, o presidente Ernesto Geisel extingue o AI-5 e, em março, o ministro do Trabalho Arnaldo Prieto edita o decreto-lei 83.284, atualizando a regulamentação dos jornalistas. Sem levar em conta as contribuições encaminhadas pela Fenaj, redefine a exigência do diploma e acaba com o estágio de Jornalismo.

Antes de chegarmos a 2001, sai a primeira decisão judicial acabando com a obrigatoriedade da formação superior em Jornalismo para o exercício da profissão, o patronato do setor de comunicações fez campanha permanente contra a regulamentação da profissão e a exigência do diploma.

A luta dos jornalistas brasileiros na defesa de sua regulamentação profissional está completando, pois, 70 anos. Sua historicidade não pode ser desconside-

rada e nem tratada como um tema que data da ditadura militar, como se tem notado nas manifestações daqueles que são contrários à sua manutenção.

Historicamente a luta da categoria foi pela regulamentação profissional o que, longe que se supõe, não fere a liberdade de expressão. Quem assim raciocina confunde liberdade de expressão com o exercício de uma profissão.

E, finalmente a questão da formação. Conforme demonstrado, na criação da ABI, seu primeiro presidente Gustavo de Lacerda colocava como prioritário a criação de escolas de Jornalismo. Entretanto, notei que um dos argumentos mais usados têm sido o número elevado de cursos de Jornalismo e a análise generalizante de que são de má qualidade. Com o grande número de cursos concordo, mas tornar senso comum que os cursos em geral não são bons, discordo frontalmente.

É verdade que o Brasil é um dos únicos países do mundo em que a regulamentação da profissão é baseada na exigência do diploma. Mas, o que se deve questionar é se essa exigência é boa ou ruim, uma vez que as sociedades não estruturam seus corpos legais e jurídicos simplesmente copiando o que há nos outros países.

No nosso país, a exigência do diploma em Jornalismo é uma forma de garantia da liberdade de expressão para a sociedade, universalizando o acesso à profissão e impedindo que os proprietários venham a ser, também, os donos das consciências dos profissionais que trabalham nas redações.

* José Carlos Torves é diretor do Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da Fenaj.

)))) JORNALISMO PARANAENSE PERDE CRESO MORAES

Creso Moraes, um dos pioneiros nos serviços de comunicação institucional e assessoria de imprensa no Paraná, faleceu no dia 1º de julho, aos 58 anos, após travar uma luta contra um câncer no pâncreas. O trabalho desempenhado por sua empresa, a Enfoque, há 30 anos continua sob o comando de Christiani Moraes.

)))) ADOÇÃO DE CRIANÇAS COM AIDS É TEMA DE LIVRO

A jornalista Dayane Carvalho lançou o livro "Adoção PositHIVa: adoção de crianças e adolescentes portadores de HIV/aids em Curitiba", que traz depoimentos sobre o tema. A jornalista tem também um blog no endereço <http://www.adocaopositiva.blogspot.com/>

PROFISSÃO



Gisela Gutarra

Congresso em São Paulo define estratégias de luta dos jornalistas

Prioridades foram regulamentação profissional e aprimoramento da formação

COM mais de 300 participantes, o 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo de 20 a 24 de agosto, definiu a pauta política da categoria para os próximos dois anos. Metas quanto à manutenção e atualização da regulamentação profissional, a qualidade da formação acadêmica, a liberdade de expressão e de imprensa, e a luta pela democratização da comunicação foram temas-chave tratados no encontro. Um dos momentos marcantes do evento foi o lançamento da Comenda da Fenaj. No final do congresso foi aprovada a Carta de São Paulo (veja ao lado).

No campo da formação acadêmica, o Congresso atualizou o programa de estímulo à qualidade de ensino de Jornalismo e reafirmou-se a reivindicação de suspender a abertura de novos cursos de Jornalismo. Os delegados do 33º Congresso aprovaram, também, a proposta de Programa de Estágio Acadêmico. Seu objetivo é acabar com os estágios irregulares nas empresas de comunicação.

Já quanto à regulamentação profissional do jornalista, foi aprovado o aperfeiçoamento da proposta com o reconhecimento das novas funções surgidas no meio profissional nas últimas dé-

cadadas. Esta proposta já foi encaminhada ao grupo de estudos sobre a regulamentação criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Outra diretriz foi a ampliação do movimento pela realização da Conferência Nacional de Comunicação. O entendimento é que a discussão deve ser ampla, tanto nos atores envolvidos, quanto na temática, que deve incluir critérios para concessões de rádio e de televisão e o fortalecimento do Conselho de Comunicação Social. Os delegados aprovaram uma moção pela revogação da atual Lei de Imprensa e aprovação de uma nova legislação, de caráter democrático, o combate à censura e medidas para proteger os jornalistas nas coberturas de risco e quanto ao assédio judicial.

Além de cenário para o lançamento do livro "Formação Superior em Jornalismo – Uma exigência que interessa à sociedade", editado pela Fenaj com contribuições de acadêmicos, juristas e profissionais, o congresso ainda serviu para lançar a Comenda da Fenaj, com homenagens a dois profissionais com longa trajetória de dedicação à profissão e à organização da categoria: Adísia Sá e José Hamilton Ribeiro.

CARTA DE SÃO PAULO

Os jornalistas brasileiros, reunidos no 33º Congresso Nacional da categoria, realizado na cidade de São Paulo, de 20 a 24 de agosto de 2008, para discutir o tema O Jornalismo, o mundo do trabalho e a liberdade de imprensa, manifestam publicamente à Nação brasileira a preocupação com os constantes ataques à profissão de jornalista, à democracia na comunicação e à liberdade de expressão e de imprensa.

No momento em que se comemoram os 200 anos de imprensa no Brasil, o direito da sociedade brasileira de ter acesso à informação de qualidade, plural e democrática está seriamente ameaçado pela mais contundente ofensiva de desregulamentação da profissão dos jornalistas: a tentativa de eliminar a exigência da formação específica em Jornalismo para o exercício profissional. O ensino superior em Jornalismo é o alicerce sobre o qual se constitui legalmente a profissão há quase quarenta anos. É uma conquista da categoria e da sociedade brasileira, fruto de um século de luta pela qualificação e pela consolidação do jornalismo como uma atividade de interesse público e um instrumento de fortalecimento da democracia.

Os jornalistas denunciam publicamente a tentativa de grande parte dos empresários dos meios de comunicação de confundir a opinião pública quanto à importância da regulamentação de nossa profissão. Na verdade, o jornalista atua como um mediador das diversas opiniões que constituem a esfera pública contemporânea e, por dever ético, não expressa opinião pessoal nas notícias e reportagens que produz. A mesma tentativa de manipulação se dá em relação ao Conselho Federal de Jornalistas que, além de constituir uma instância de organização profissional, a exemplo de outras categorias, é um mecanismo a serviço da sociedade para garantia do exercício ético da profissão.

O 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, em decisão histórica, aprovou a criação da Comissão Nacional pela Igualdade Racial e selou um compromisso pela superação de todas as formas de assédio e discriminação no ambiente de trabalho e social. Os jornalistas brasileiros também repudiam as diversas formas de aviltamento da profissão, que se manifestam na sobrejornada, no acúmulo de funções, na desvalorização salarial, na terceirização de serviços, no desrespeito à condição de autor e na perda dos direitos sociais e trabalhistas pela contratação de jornalistas como pessoa jurídica. A precarização das relações de trabalho é uma prática que não espelha a realidade econômica das empresas de comunicação que, ano após ano, vêm apresentando lucros.

O problema se agrava com a oligopolização da comunicação no Brasil. Oito famílias e grandes corporações controlam a grande mídia nacional. A concentração dos meios de comunicação, facilitada pela propriedade cruzada, não apenas reduz postos de trabalho e obriga o jornalista a produzir para diversos veículos do mesmo grupo empresarial, mas restringe o direito da sociedade à pluralidade de informações.

Diante do atual cenário, os jornalistas brasileiros reafirmam a sua luta histórica pelo direito da sociedade à informação e pela liberdade de expressão e de imprensa, exigem a realização imediata de uma Conferência Nacional de Comunicação, convocada pelo governo brasileiro para discutir políticas públicas que democratizem a comunicação no Brasil, defendem a aprovação de uma lei de imprensa democrática e cobram do Estado brasileiro políticas públicas de segurança que garantam a dignidade dos cidadãos brasileiros e assegurem aos jornalistas a integridade no exercício da profissão e a liberdade de informar a sociedade em todo o território nacional.

)))) JORNALISMO PARANAENSE PERDE JOSÉ ALFREDO SILVA FILHO

O jornalista José Alfredo Silva Filho morreu no dia 15 de julho, aos 74 anos. Silva foi diretor do Sindijor nas décadas de 70 e 80 e presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná (Acep). Atuou como profissional e dirigente de rádio em Maringá, Londrina, Cruzeiro do Oeste e Curitiba.

)))) PARANAENSES NO PRÊMIO NH DE FOTOJORNALISMO

Os fotojornalistas paranaenses Sérgio Ranalli, de Londrina, e Eron Gustavo Zeni, de Cascavel, estão entre os vencedores do Prêmio New Holland de Fotojornalismo. Ranalli, da Folha de Londrina, ficou em segundo lugar na categoria Agricultura, enquanto Zeni conquistou o Prêmio Integração.

13º SANGUE NOVO

VENCEDORES

REPORTAGEM IMPRESSA

1º) Janaína Assis de Castro Gomes, Luiz Gustavo Ticiane de Oliveira)) **Pelos Campos do Paraná - A Rotina de um Guardião**)) UEL - 3º ano)) Prof. Ossamu Nonaka
2º) Fábio Pupo e Thaíse Mendonça)) **Plebiscito reacende Polêmica Sobre A Venda Da Vale Rio Doce**)) UFPR - 2º ano)) Prof. Mário Messagi Jr
3º) Pauline de Azevedo Machado Chaves)) **Como escrever um livro?**)) UnicenP - 3º ano)) Profª. Elza A. Oliveira Filha

REPORTAGEM PARA RÁDIO

1º) Cíntia Junges)) **Jovens Consumistas** UEL - 2º ano)) Prof.ª Flávia Lúcia Bazan Bepalhok
2º) Uanilla Marcela dos Santos Piveta)) **Novas tecnologias no Rádio**)) UFPR - 3º ano)) Prof.ª Patrícia Thomaz
3º) Thalita Vitoreli Costa)) **Doação de Sangue**)) UEL - 2º ano)) Prof.ª Flávia Lúcia Bazan Bepalhok

REPORTAGEM PARA TELEVISÃO

1º) Maurício Freire, Danilo Scaliante, Bruna Bittencourt)) **Caos na Avenida Brasil**)) UDC - 3º ano)) Prof. Luciano Ferrari Villela
2º) Maurício Freire, Danilo Scaliante, Jackson Marcelo)) **Precariedade BR-469**)) UDC - 3º ano)) Prof. Luciano Ferrari Villela
3º) Carlos Eduardo Prissão e Cristina Sório Tarter)) **Lixo Tóxico**)) UTP - 2º ano)) Profª. Sandra Nodari

FOTOJORNALISMO

1º) Fernando Benega de Assis)) **Infância, Fronteira e Violência**)) UDC - 4º ano)) Profª. Denise Paro
2º) Luciano Sarote)) **O Homem do Campo**)) UnicenP - 4º ano)) Profª. Maria Zaclis Veiga Ferreira
3º) Guylherme Custódio)) **Sonhos entre Grades**)) UnicenP - 3º ano)) Profª. Maria Zaclis Veiga Ferreira

PROJETO EM TELEJORNALISMO

1º) Karla Gohr Ribeiro Cardoso)) **Música Daqui - Os holofotes voltados aos artistas de Curitiba**)) UnicenP - 4º ano)) Profª. Maria Zaclis Veiga Ferreira
2º) Jaqueline Beatriz Silva)) **Raízes Curitiba**)) UnicenP - 4º ano)) Profª. Rosângela Stringari
3º) Priscilla Cesar, Luana Krasa, Graziela Francine Teixeira, Bernardete Di Estefano, Thiago Lapa, Katy Mary de Berbes de Faria, Vivian Mendes, Lucimere Vuillant, Adelson Caslito, Jaqueline Denk Bartt, Sheila Gorski, Rodolfo Stancki)) **Holofote**)) Unibrasil - 1º, 2º, 3º e 4º anos)) Prof. Victor Emanuel Folquening e Suyanne Tolentino

PROJETO EM RADIOJORNALISMO

1º) Juliana de Oliveira Teixeira, Poliana Lisboa, Elis Regina da Silva, Luís Antônio Paiama Hangai, Osias Sampaio, Geórgia Pereira, Natália de Fátima Rodrigues, Karina Rocha Henriques, Rosane Mioto dos Santos, Juliana Zani Jovanetti, Pauline Frank de Almeida, Cláudia Yamaki, Nara Deyne Marques Chiquetti, Bruna Mayara Komarchesqui, Vitor H. F. Oshiro, Beatriz Fontana Assumpção)) **Rádiorrevista Radioatividade**)) UEL - 2º ano)) Profª. Flávia Lúcia Bazan Bepalhok
2º) Gabriella Marília Antunes)) **Meu Ambiente - O meio ambiente no seu dia-a-dia**)) UEL - 4º ano)) Profª. Flávia Lúcia Bazan Bepalhok

Novo recorde

Futuros jornalistas mostram vitalidade em suas produções inscritas no mais tradicional prêmio para estudantes de Comunicação

MAIS tradicional concurso para estudantes de Jornalismo no Paraná, o 13º Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense foi entregue pelo Sindijor aos laureados no último dia 31 de maio, como a maior edição da história. A cerimônia no Auditório do Sebrae em Curitiba foi a consagração para os acadêmicos de Jornalismo que se destacaram entre os 356 trabalhos - número este 51% superior ao da última edição.

Nas categorias não laboratoriais, disputaram a premiação 841 acadêmicos de Jornalismo de 22 instituições do Estado. Nas categorias laboratoriais (radiojornal, jornal, TV e jornal on-line), foram registradas 20 inscrições, superando as 15 da edição anterior.

Novamente, o recorde de inscrições foi da Universidade Positivo (UP), com 96 trabalhos não laboratoriais inscritos, de 199 estudantes. Logo em seguida apareceram a UFPR, com 51 trabalhos

inscritos de 105 estudantes, e a UniBrasil com 33 trabalhos de 67 acadêmicos. Houve, porém, equilíbrio na conquista dos primeiros lugares, com três da UP, três da UEL, dois da UDC, dois da UFPR, dois da UTP, um da UniBrasil e um da FAG. A UFPR conquistou o primeiro lugar em Radiojornal, Telejornal e Jornal Laboratório On-Line, enquanto a PUC-PR venceu na categoria Jornal Laboratório. No dia seguinte à entrega do prêmio, foi promovida no auditório da Ocepar a segunda edição do Seminário Sangue Novo (veja matéria ao lado)

O Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense contou com patrocínio de Itaipu Binacional e da América Latina Logística e apoio do Sebrae-PR e do Sistema Fecomércio/Senac-PR. O 2º Seminário Sangue Novo é apoiado por Itaipu Binacional e Sistema Ocepar e conta com apoio do Isae-FGV e do Sistema Fecomércio/Senac-PR.



Leandro Taques

3º) Cíntia Junges, Douglas Lopes, Guilherme Mastelini, Fernanda Silva, Thalita Vitorelli, Ana Martínez, Pedro Crusiol, Lucas Martins, Leila Sabóia, Priscila Domingos, Igor Botero, Sílvia Castro, Bruna Soares, Bruna Carla Batista, Flávia Tenek, Dulce Mazer, Giovan Panissa, Ailton Manso)) **Rádiorrevista Radiola**)) UEL - 2º ano)) Profª. Flávia Lúcia Bazan Bepalhok

PROJETO EM JORNALISMO IMPRESSO

1º) Ana Clarissa Hupfer, Adriana Benke, Elaine F. Santos)) **Revista Cumbuca**)) UFPR - 4º ano)) Prof. Osvaldo Santos Lima
2º) Cláudia S. Vargas)) **Revista Viver Sem Glúten**)) UEPG - 4º ano)) Profª. Cleide Luciane Antoniutti
3º) Ademir Fagundes, Claudemir

Hauptmann, Sol Marchan)) **Do Multismo a integração do jornalismo busca "dedo de prosa" no campo para reaprender a fazer comunicação social**)) Unipar - 4º ano)) Prof. Silvio Demétrio

PROJETO JORNALÍSTICO PARA INTERNET

1º) Fábio Luis G. Marcolino)) **Website e Podcast - Sombras da Realidade: Jornalismo do Sobrenatural**)) UnicenP - 4º ano)) Prof. Luiz Witiuk.
2º) Mariana Dourado Grzesiuk, Ralph Almeida e Thaís Maia Noreto)) **Site Sou Repórter - O Foco cidadão da notícia**)) FAG - 4º ano)) Prof. Ralph Willians de Camargo
3º) Erike Luiz Feitosa, Célio Mamoru Nozaki Yano)) **Podcast Cultural Curitiba**)) UFPR - 4º ano)) Prof. Mário Messagi Junior

PROJETO/PRODUTO JORNALÍSTICO LIVRE

1º) Daniele P. R. de Oliveira e Kamila N. C. Rutkosky)) **Portugish**)) UTP - 3º ano)) Profª. Elisângela Ribas Godoy
2º) Anderson Latenik, Leidinara Batista, Michelly Correa)) **Meu trampo: audiovisual como ferramenta de auxílio na escolha da profissão**)) Eseei - 4º ano)) Prof. Márcio Rogério Flizikowski
3º) Daniella Biselli Silveira)) **Rádio Comunicação e Arte: uma alternativa diferenciada para o ensino fundamental**)) UnicenP - 4º ano)) Prof. Luiz Witiuk

PROJETO JORNALÍSTICO PARA ACESSORIA DE IMPRENSA
1º) Everson Navarro e Daniel Ferrarezzi)) **Sesc da Esquina: Imagem Corporativa de Fomentador Cultural**

)) UTP - 4º ano)) Profª. Denise Regina Stacheski
2º) Mariana Dourado Grzesiuk, Ralph Almeida, Thaís Maia Noreto)) **Plano de Assessoria de Comunicação para a sou Mídia Cidadão**)) FAG - 4º ano)) Profª. Mariana Carlos da Silva
3º) Franciele Luiza de Oliveira, Luana Monteiro, Shélen Alencar Assunção)) **Plano de Comunicação: Lojas Estivanelli Cascavel e Foz do Iguaçu**)) FAG - 4º ano)) Profª. Mariana Carlos da Silva

MONOGRAFIA

1º) Vanessa Fernandes Santana)) **Jornalismo Digital como fruto da pós-modernidade**)) UnicenP - 4º ano)) Profª. Cleide Luciane Antoniutti
2º) Franciele Luzia de Oliveira)) **Para quem tem um parafuso a mais:**

Relações entre a Revista Piauí e o Jornalismo Literário)) FAG - 4º ano)) Profª. Claudia Jawsnicker
2º) Adriana Czelusniak)) **Informação, formação e entretenimento no jornalismo impresso: Um Estudo dos suplementos infantis**)) Opet - 4º ano)) Profª. Susana Branco de Araújo Santos
3º) Cíntia Ribeiro Zanotto)) **Documentário: Gênero do jornalismo cultural**)) PUC - 4º ano)) Profª. Celina do Rocio Paz Alvetti

LIVRO REPORTAGEM

1º) Nelci Carvalho Guimarães da Silva)) **O Autismo é Outra História**)) UniBrasil - 4º ano Profª. Maura Oliveira da Silva
2º) Thiago Henrique Ramari)) **O Arquiteto: Revelações sobre os assassinatos dos irmãos Barão**)) Cesumar - 4º ano)) Profª. Rosane Verdegay de Barros
3º) Narah Julia dos Santos Ferreira)) **Clandestinos Um diário dos brasileiros ilegais em Londres**)) UFPR - 4º ano)) Profª. Juliane Bazzo

VIDEODOCUMENTÁRIO

1º) Giovana Bigarella Ruaro)) **Sade**)) UFPR - 4º ano)) Prof. Osvaldo L. dos Santos Lima
2º) Gislaíne Gomes Bueno e Patrícia de Marchi Scarpin)) **Neuroses - Um vídeo documentário sobre pressão e ansiedade**)) UEPG - 4º ano)) Profª. Cíntia Xavier
2º) Thalita Sdroiewski Ubá)) **Absolutamente Anselmo!**)) UFPR - 4º ano)) Prof. Carlos Alberto Martins da Rocha
3º) Carlos Debiasi, Wagner Vaneski, Artur Roman)) **Passado a 24**)) UFPR - 4º ano)) Prof. Carlos Alberto Martins da Rocha

PRÊMIO SANGUE NOVO DE RELEVÂNCIA SOCIAL

Amábyle Sandri, Ana Paula Pasa, Angélica Strapasson, Bruna Maia, Carlos Lins Junior, Daniely Reisdorffer, Éder Gulhak, Elisabete Vileirine, Fabiana Macagnan, Hellen Dalla Costa, José Augusto Seide, Juliano Bortolon, Lucimara Devitte, Marciano Souza, Priscilla Hartmann, Rosilei Dias Strapasson, Camila Decker, Kelly Lirio)) **Jornal Sobre Viver**)) FAG - 4º ano)) Prof. Claudia Jawsnicker
Daiana Gobbo Lopes, Gabriele Luise Neves Alves)) **No fim da rua**)) UFPR - 4º ano)) Prof. João Somma Neto
Michelle S. Fabisiak)) **Documentário sobre o processo de adoção internacional na 2ª. Vara da Infância e da Juventude de Curitiba, com o apoio da ONG ítalo brasileira Rete Esperanza. "Amor sem Fronteiras"**)) Unibrasil - 4º ano)) Prof. Carlos Gonzaga Vieira

JORNAL LABORATÓRIO

1º) PUC)) **Jornal Laboratório Comunicare**
2º) UnicenP)) **Jornal Laboratório Lona**
3º) UFPR)) **Comunicação**

TELEJORNAL LABORATÓRIO

1º) UFPR)) **TV Comunicação**
2º) UnicenP)) **Tela Un**
3º) Unipar)) **Intervalo**

RADIOJORNAL LABORATÓRIO

1º) UFPR)) **Rádio Comunicação**
2º) UEL)) **Conexão Sonora**
3º) UEL)) **Engrenagente**

JORNAL LABORATÓRIO ON-LINE

1º) UFPR)) **Comunicação On Line**
2º) UnicenP)) **Lona On Line**
3º) Unopar)) **Webjornal Laboratório Contexto**

)))) AROLD MURÁ E MÁRCIO REINECKEN LANÇAM LIVROS

O jornalista Aroldo Murá Gomes Haygert lançou o livro "Vozes do Paraná – Retratos de Paranaenses", em que traz 32 perfis biográficos de personalidades do Estado. Já Márcio Reinecken, da Gazeta do Povo, mergulhou na ficção e lançou o livro de contos "Você está aqui ou não está em lugar nenhum".

)))) JORNALISMO E EDUCAÇÃO PERDEM CARLÃO RECACHO

O jornalista e professor Carlos Alberto Recacho, o Carlão, faleceu no dia 16 de agosto. Ex-diretor do Sindijor, atuava como professor no Colégio Estadual do Paraná e integrava o Núcleo Curitiba Norte da APP-Sindicato.

FORMAÇÃO

Seminário Sangue Novo discute digitalização e governo Lula

Mário Messagi Júnior

AÇÃO do governo Lula na área de Comunicação está muito aquém do que é necessário para que os meios de comunicação tenham um papel efetivo na democracia brasileira. Esta foi a conclusão do 2º Seminário Sangue Novo, realizado no dia 31 de junho de 2008, na Ocepar, pelo Sindijor.

As relações entre tecnologia e política foram o tema principal. As palestras versaram sobre Tendências do Jornalismo Digital, com o professor da Facom – Faculdade de Comunicação da Bahia - Marcos Palácios, Tecnologia Digital e Sociedade, com Takashi Tome, pesquisador do CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – e Comunicação Digital e Democracia, com Cosete Castro, professora da Unisinos, e James Görgen, jornalista e pesquisador do Epcom - Instituto de Pesquisas em Comunicação.

As duas primeiras palestras abordaram as possibilidades das novas tecnologias, com a digitalização. Já o debate sobre Comunicação Digital e Democracia abordou as ações do governo Lula na área de Comunicação, seja no que tange as tecnologias já existentes, seja na universalização e regulação das novas tecnologias.

Governo Lula

Segundo James Görgen, a ação do governo Lula pode ser dividida em dois períodos distintos. O primeiro vai de 2003 a 2005. As principais ações desenvolvidas são a implementação efetiva do Conselho Comunicação Social, previsto na Constituição e regulamentado desde 1991, mas nunca instalado efetivamente, o debate sobre o sistema brasileiro de TV Digital, o SBTVD, iniciado pelo ministro Miro Teixeira, o debate do possível empréstimo do BNDES à mídia, que não sairia, respeito à liberdade de expressão, com o fim, por exemplo, do uso da publicidade legal como instrumento de barganha com os meios de comunicação, a implantação efetiva de políticas de software livres, políticas de inclusão digital, proposição dos projetos do Conselho Federal de Jornalismo e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, a Ancinav.

A crise motivada pelo esquema de financiamento de campanha do PT com caixa 2 forçou o governo a recompor sua base de apoio. Uma das áreas entregues na recomposição foi a comunicação. Assim, se no primeiro período há alguns avanços, mesmo que modestos, o período de 2005 a 2008 é marcado por um retrocesso.

A política do governo se caracteriza pela manu-

Especialistas mostraram avanços e retrocessos na comunicação desde 2003



» Professor Marcos Palácios, da Facom, fala aos estudantes sobre Tendências do Jornalismo Digital



» James Görgen, do FNDC, mostrou a insuficiência das ações do governo Lula no segundo mandato



» Participantes do seminário, ao final, tendo ao centro o palestrante Marcos Palácios

tenção das ações de inclusão digital e de valorização do software livre, a Empresa Brasil de Comunicação é criada e o Ministério da Justiça, mesmo com recuos, regulamenta a classificação indicativa na TV. Por outro lado, o governo se deixa montar pelos radiodifusores, capitaneados pelo novo ministro das Comunicação, Hélio Costa, e aborta boa parte dos esforços pela criação da TV Digital Brasileira, optando pelo modelo japonês. Por outro lado, o governo não altera em nada a política

em relação às rádios comunitárias e recrudescer os fechamentos e apreensões de equipamentos promovidos pela Anatel e pela Polícia Federal. No congresso, uma subcomissão da Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pela deputada Luíza Erundina (PSB-SP) discute os critérios de renovação de concessões de televisão no Brasil. O problema é agravado pela digitalização da televisão e exige uma discussão profunda do marco regulatório da área. O procedimento defendido pelos movimentos da área de democratização da comunicação é a convocação de uma Conferência Nacional de Comunicação, como o governo Lula fez em diversas áreas, mas o Executivo se recusa a convocar a conferência, um espaço de discussão, que deverá contar com representantes de todos os segmentos envolvidos, desde trabalhadores da área, empresários, governo e sociedade civil.

Segundo Görgen, sem a Conferência é impossível superar o atraso, marcado por uma regulamentação da comunicação social anacrônica, Constituição Federal parcialmente regulamentada, marco regulatório fragmentado e sem ponte com convergência tecnológica e econômica, embate em torno da regulamentação da TV paga, adiamento da Lei Geral das Comunicações, manutenção do status quo da radiodifusão até 2015, manutenção do status quo das teles fixas até 2025 e sistema Público Digital não planejado.

Governo com medo

A ação claramente deficitária do governo Lula aponta para uma estratégia que estava construída desde a primeira eleição. Gustavo Gindre, da ONG Indecs, voltada para a pesquisa em comunicação, relata que, em 2002, diversos movimentos sociais elaboraram um plano de governo para a área de comunicação para entregar aos candidatos a presidente. "Esse programa foi encaminhado a todos os candidatos à Presidência e o único candidato que incorporou in totem, este programa ao seu programa mais geral, foi o Lula", relata. Apesar disso, quando o programa de governo foi divulgado, havia desaparecido o capítulo da Comunicação.

O PT já apontava que iria manter a situação como estava, sem tocar em nenhum interesse na área e sem democratizá-la, sequer implantando mecanismo vigentes em países democráticos. Para Görgen, o começo do governo Lula era mais promissor, mas o governo nunca disputou com os interesses privados em favor dos interesses públicos. Qualquer disputa mais intensa levava o governo a recuar. Não havia disposição, nem no início, para civilizar a área de comunicação.

)))) LANÇAMENTO: "MÍDIA E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL: UMA INTRODUÇÃO"

A jornalista Cleide Luciane Antoniutti é co-autora, ao lado da produtora de áudio Mara Fontoura e da publicitária Márcia Nogueira Alves, do livro "Mídia e Produção Audiovisual: uma Introdução", que traz uma pesquisa acerca da história dos meios de comunicação audiovisual e da propaganda no Brasil e no mundo.

)))) NOVOS DESAFIOS NA TALK COMUNICAÇÃO

Thalita Guimarães e Rubens Binder, jornalistas da Talk Comunicação de Curitiba, estão prestando assessoria de imprensa para o Sindimetal-PR e para o Centro de Educação Profissional de Design, Artes e Profissões (Cepdap), respectivamente.

CONVENÇÃO COLETIVA

O ANO que se encerra pode ser definido, para os jornalistas profissionais do Paraná, como mais um ano morno, sem poder compartilhar com seus empregadores, o crescimento do setor de comunicação, que, ressaltado, foi expressivo. Num diálogo em que o comprometimento patronal não foi a tônica, a Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009 só foi fechada em dezembro, nos mesmos termos da CCT anterior e sem nenhum avanço na renda dos trabalhadores.

Quase melancólica, a convenção foi encerrada apenas prevendo a reposição da inflação. As gordas receitas dos veículos, que cresceram bem acima dos índices de preços, não significaram nada para nós, jornalistas, que vimos nossos companheiros de outras categorias tendo efetivo crescimento de remuneração, enquanto ficamos boiando ao sabor da maré da inflação.

Os jornalistas construíram uma pauta factível e realista, com o acréscimo de direitos que, uns não implicavam gastos para as empresas, e outros apenas recuperariam parcialmente anos sem aumento real. Conforme observa o diretor de Defesa Corporativa do Sindijor, Márcio Rodrigues, a pauta foi construída para dar novas redações às cláusulas já existentes, além de incorporar propostas coletadas junto à categoria e também da pauta padrão da Fenaj, que coleciona as conquistas que os diversos sindicatos de jornalistas do país tiveram.

Não prosperou. A negativa patronal veio nos termos de sempre: supressão pura e simples dos direitos. A primeira contraproposta tentava impingir o congelamento do anuênio, a redução do adicional de horas extras (hoje de 100% sobre a hora normal), a expansão da jornada para sete horas ou criação de banco de horas e, o mais interessante, reajuste abaixo da inflação. Além de péssima, a proposta veio tardia, pois a primeira reunião, marcada para setembro, foi frustrada pela ausência dos sindicatos patronais.

No curso da negociação, foram três assembleias da categoria. A primeira, em 14 de outubro, serviu para negar enfaticamente a supressão de direitos sugerida pelos patrões. Diante da resposta patronal em aceitar a reposição da inflação, nova assembleia em 11 de novembro deliberou por um abono suplementar ao reajuste. Na última, os jornalistas reunidos na sede do Sindijor em 1º de dezembro aprovaram a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho com a reposição integral da inflação de outubro de 2007 a outubro de 2008. A pauta foi aceita em assembleia também pelo Sindicato dos Jornalistas de Londrina e Norte do Paraná. Pelos termos aprovados, o reajuste ficará em 7,04%, conforme INPC do IBGE, o que elevará o piso da categoria para R\$ 1.961,82. O reajuste é retroativo a outubro, e, com a assinatura da nova convenção, além de o salário do mês de dezembro ser pago já reajustado, têm de ser pagas as diferenças dos salários de outubro e novembro, além dos reflexos no décimo-terceiro. Com isso, voltamos a ter o maior piso de jornalistas do Brasil, acima do de Alagoas (R\$ 1.945,47), que era o maior e refere-se à data-base em maio.

Mais um ano

■ Jornalistas do Paraná seguem sem aumento



ANO DE 2008	PISO SALARIAL DOS JORNALISTAS NO PARANÁ	SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO (MEDIDO PELO DIEESE)
Janeiro	R\$ 1.832,79	R\$ 1.924,59
Fevereiro	R\$ 1.832,79	R\$ 1.900,31
Março	R\$ 1.832,79	R\$ 1.881,32
Abril	R\$ 1.832,79	R\$ 1.918,12
Mai	R\$ 1.832,79	R\$ 1.987,51
Junho	R\$ 1.832,79	R\$ 2.072,70
Julho	R\$ 1.832,79	R\$ 2.178,30
Agosto	R\$ 1.832,79	R\$ 2.025,99
Setembro	R\$ 1.832,79	R\$ 1.971,55
Outubro	R\$ 1.961,82	R\$ 2.014,73

Bem distante da situação ideal – que incluiria a incorporação de aumento real e de novos direitos para a categoria, como o vale-alimentação de R\$ 15,00/dia –, a convenção revalidada foi uma conquista possível diante de uma negociação travada. Nosso trunfo foi o aprimoramento do sistema de negociação permanente, pelo qual uma comissão bilateral (trabalhadores e empresas) vai discutir diretamente três temas que cada um dos lados considerar relevantes. “A assinatura da convenção foi uma etapa decisiva para a negociação, mas não a esgota”, disse o diretor de Defesa Corporativa do Sindijor, Márcio Rodrigues. Assim, a discussão sobre os nossos direitos poderá ser retomada, a fim de consolidar nossas conquistas e expandi-las, além de chegarmos à próxima data-base com a discussão já amadurecida sobre pontos importantes da nossa pauta.

Conjuntura

Aumento real e expansão de benefícios para a categoria não eram nenhuma aberração ou despropósito, como pretendiam mostrar os patrões, mas reivindicações absolutamente realistas, dentro do quadro do setor de comunicações no Paraná. Por um lado, como mostravam os indicadores de desempenho da mídia, a publicidade vem crescendo significativamente nos últimos anos, por outro, os jornalistas, que estão entre os responsáveis pela qualificação da mídia e pela melhoria de seus negócios, amargam anos sem aumento real, em total descompasso com outras categorias profissionais, que vêm conquistando no campo da remuneração aumentos além da inflação.

Desde o início deste ano, o piso dos jornalistas do Paraná está abaixo do salário mínimo neces-

)))) MAURI KÖNIG GANHA MAIS UM PRÊMIO

Mauri König ficou com o primeiro lugar na categoria Jornal Impresso do 8º Prêmio de Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica, pela matéria "A última testemunha: cem anos de resistência"

)))) FIM DA PRB2 E DEMISSÃO DE EQUIPE

Márcio Miranda Filho e Silvana Ukachenski deixaram em setembro a redação da Rádio Clube Paranaense (PRB2 AM 1430). A rádio mais antiga do Paraná encerrou as transmissões locais para retransmitir o sinal da Rádio Eldorado em tempo integral e demitiu quase todos os funcionários.

em branco

real, mas a categoria está mais mobilizada



sário, calculado pelo Dieese – uma situação que ainda não havia sido observada (confira a tabela). O salário mínimo necessário seria a menor remuneração paga ao trabalhador a fim de atender o preceito constitucional de “atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 7º, IV).

Em matérias na imprensa no início de novembro, talvez sem se atentar para a sua própria realidade, jornalistas paranaenses divulgaram o valor de R\$ 2.014,73 como o mínimo necessário do mês de outubro, o que, mesmo

com o reajuste, é 2,7% superior ao nosso piso.

No entanto, no curso da negociação, os patrões tentaram, como em outros anos, demonstrar que os profissionais da imprensa, ganhando o que ganham – ou seja, menos que o mínimo necessário –, estão inviabilizando os seus negócios. Aos olhos dos patrões parece persiste a “crise nas comunicações” e que suas receitas não têm crescido substancialmente nos últimos anos.

Segundo o projeto Inter-Meios, da Editora Meio & Mensagem, o faturamento das rádios no acumulado do ano até setembro, na Região Sul, foi de 28,2%, índice superior à média do Brasil, que registrou no período crescimento de 22,8%. O mesmo aconteceu com os jornais, que na região que inclui o Paraná, tiveram incremento de faturamento na ordem de 24,2%,

crescimento por si expressivo, mas que é ainda mais relevante quando se considera que a média brasileira foi de 15,5%. E, enquanto no ano, a inflação (INPC) acumulava 5,25%, o faturamento das TVs na Região Sul aumentava 10,9%, ou seja, mais de duas vezes o índice do IBGE. Dados são manifestamente positivos às empresas, mesmo assim os patrões insistem em não poder compartilhar estes resultados com quem os ajuda a gerar – ou seja, os jornalistas.

Realmente, ficamos para trás mais uma vez, isto porque não apenas as categorias em geral estão conseguindo reajustes salariais acima da inflação (foram 73,5% das categorias no primeiro semestre), mas também jornalistas de outros Estados. A categoria no Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo, entre outras, obtiveram aumentos reais no fechamento de suas respectivas convenções. Longe de trazer desânimo aos profissionais do Estado, este cenário deve “servir de exemplo para nossa mobilização em 2009”, entende o diretor de Defesa Corporativa do Sindijor-PR, Márcio Rodrigues.

Um sinal da necessária mobilização que a categoria deu nesta negociação foi a volta às assembleias. O público das assembleias, que nos últimos anos, era bastante reduzido, voltou a patamares do início dos anos 90. Na mais movimentada delas, 60 jornalistas deliberaram sobre o rumo da convenção coletiva. Foi realizada também assembleia na delegacia de Foz do Iguaçu. A maior participação foi devida em parte também à iniciativa do Sindijor em realizar a assembleia em três momentos distintos ao longo do dia, para facilitar a afluência de profissionais.

Outra ação de mobilização foi a participação dos jornalistas nas assembleias itinerantes que o Sindijor realizou em redações de Curitiba e do interior do Estado. Na capital os debates aconteceram na TV Paranaense, Rádio CBN, Gazeta do Povo, Jornal do Estado, sucursais da Folha de Londrina e Gazeta do Paraná, O Estado/Tribuna do Paraná, TV Bandeirantes, TV Independência, Diário Popular, TV Iguaçu. A presidente do Sindijor, Aniela Almeida, foi ainda a Guarapuava, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel e, acompanhada de diretores do Sindicato de Londrina, foi a Maringá e Londrina falar sobre a renovação. Manteve contato com profissionais destas praças, informando sobre a negociação da Convenção Coletiva e dos temas candentes da profissão, como a regulamentação profissional.

Com a mobilização já deflagrada em todas as regiões do Estado, os jornalistas vão ter a partir da negociação direta em março muito trabalho para conquistar e consolidar direitos, e também para denunciar as violações aos direitos já assegurados em nossa convenção. Para isso, é importante que todas as irregularidades sejam denunciadas ao blog do Sindijor (sindijorpr.blogspot.com), um veículo de fundamental importância para que superemos a crônica situação de abusos patronais e possamos chegar à próxima data-base negociando em novos patamares.

)))) ESTELA MATSUMOTO NA POSITIVO INFORMÁTICA

A jornalista Estela Matsumoto deixou a empresa de comunicação Literal Link para responder pela assessoria de imprensa da Positivo Informática.

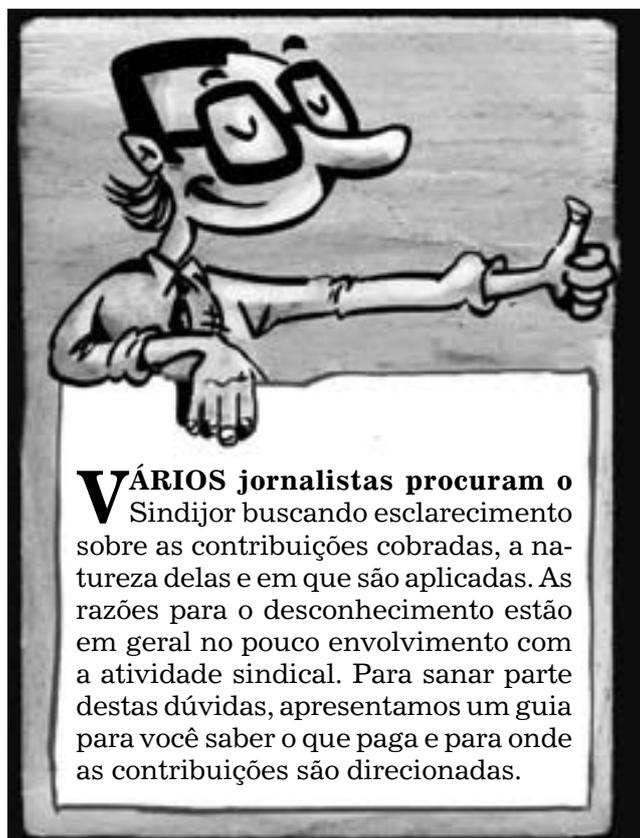
)))) CARMEN MURARA NO GRUPO RPC

A jornalista Carmen Murara deixou a comunicação da TIM e assumiu a Gerência de Comunicação Integrada do Grupo RPC. Em seu lugar na empresa de telefonia ficou a jornalista Alessandra Alberini

ORGANIZAÇÃO

Entenda as contribuições feitas ao Sindicato

Afinal, o que são contribuição confederativa, contribuição sindical e reversão salarial?



CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Foi instituída pela Constituição de 1988 que deixou a critério dos sindicatos a definição dos percentuais e de como cobrar. Com a finalidade de financiar o sistema confederativo, esta contribuição tem por princípio custear as atividades sindicais, sendo que do total 5% são dedicados à federação. No nosso caso, foi definida em assembléia geral da categoria, realizada em agosto de 1990. O percentual foi estabelecido em 1% sobre o salário mensal, que deverá ser descontado dos jornalistas e recolhido mensalmente pelas empresas para ser repassado ao sindicato até dia 10 de cada mês. Para o nosso sindicato, esta contribuição tem o mesmo efeito da mensalidade sindical. As discussões entre jornalistas giram em torno do recolhimento da contribuição

de não-associados. As empresas não podem descontar na folha de pagamento a contribuição confederativa de quem não é associado ao Sindijor, a não ser que o desconto seja autorizado.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Estabelecida na forma de Lei Federal, a contribuição sindical “é uma obrigação devida por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica, profissional ou de uma profissão liberal, em favor da entidade sindical representativa da mesma categoria ou profissão”. O desconto é equivalente ao rendimento de um dia de trabalho, cobrado sempre no mês de março. Do total arrecadado com a contribuição sindical, 60% ficam com o sindicato, 5% vão para a federação (no caso a Fenaj), e o restante cabe ao governo. A contribuição sindical

é descontada em março. Neste mês, o Sindicato não cobra a contribuição confederativa.

REVERSÃO SALARIAL

Aprovado em assembléia da categoria e estabelecida por meio de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, a reversão salarial visa financiar as despesas da campanha salarial da categoria (material publicitário, despesas operacionais etc.). Normalmente, quando o acordo é concluído na data-base, a contribuição é cobrada em janeiro, abril, junho e agosto; em cada uma delas no percentual de 1% do salário. O jornalista que não concordar pode desautorizar o desconto até 10 dias depois da homologação da convenção coletiva. Quando não há convenção coletiva de trabalho e a decisão, sem homologação, vai a dissídio, esta taxa não é cobrada.

FORTALECIMENTO

Rádios Comunitárias criam federação paranaense

RADIOCOMUNICADORES de todo o Estado reunidos no dia 8 de novembro, na Universidade Estadual Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), em Guarapuava, fundaram a Federação das Mantenedoras de Rádios Comunitárias (Femarc-PR), iniciativa que visa fortalecer os projetos e ações de produção e difusão em rádio comunitária. “Além de parcerias com escolas e universidades, vamos buscar apoio junto aos setores de governo, seja estadual, municipal ou federal”, explicou o presidente da Femarc-PR, Henrique Daniel Leobet, que é diretor da Rádio Cruzeiro do Sul FM, no município de Palmeira.

A federação vai contar com uma estrutura funcional que prestará o atendimento às emissoras filiadas e quem responderá por essa diretoria executiva será o jornalista Odilmar de Oliveira

Franco, que foi o idealizador da federação e coordenou os encontros prévios à criação.

“Com 399 municípios no Estado, há um potencial muito grande para a radiodifusão comunitária”, salientou Sérgio Gadini, professor do curso de Jornalismo e da Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e um dos apoiadores do II Encontro Estadual de Rádio Comunitária, evento realizado em agosto que serviu de prévia à criação da federação.

Segundo Gadini, os cursos de Jornalismo devem valorizar a radiocomunicação comunitária, não apenas como um espaço de produção editorial, mas também pelo seu papel de atendimento a uma demanda social. Além da UEPG, federação contou, para sua criação, com apoio do Núcleo de

Pesquisa em Comunicação Popular da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da assessoria de comunicação da Unicentro.

Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) indicam que o Estado conta hoje com 184 rádios comunitárias em funcionamento - número, obviamente, referente às rádios comunitárias que já estão com a documentação oficializada e o devida licença de funcionamento. Há diversas que aguardam autorização oficial, muitas não obtiveram o registro e outras ainda reivindicam o direito de operar. Ao longo dos últimos anos, entretanto, inúmeras emissoras foram fechadas pela Anatel e outras também tiveram equipamentos apreendidos. Para saber mais sobre a Femarc-PR, entre em contato com o diretor executivo pelo e-mail odilmarfranco@gmail.com.

)))) FOTJORNALISMO CURITIBA NO AR

O repórter-fotográfico Franklin de Freitas, do Jornal do Estado, lançou o blog Fotojornalismo Curitiba, para mostrar bastidores da cobertura jornalística na capital. O endereço é www.fotojornalismocuritiba.blogspot.com

)))) LILIAN ROMÃO DEIXA CIRANDA E ADITEPP

A jornalista Lilian Romão deixou a Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência (Ciranda) e Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Aditepp). Ela continuará a fazer trabalhos pontuais de captação de recursos para as duas entidades.

HISTÓRIA

Emerson Castro *

AS CONCEPÇÕES sindicais Ados jornalistas paranaenses, apontadas nestes diversos artigos aqui publicados, indicam uma forte influência da atividade cotidiana desses profissionais em sua ação sindical. Isto vale para jornalistas-sindicalistas, que vêm no espaço sindical o campo de luta para questões que envolvem as relações com as empresas jornalísticas e com a sociedade, mas também para determinar a identidade profissional e suas fronteiras; e vale igualmente para o conjunto dos jornalistas, os quais também estabelecem conceitos sobre para que serve um sindicato de jornalistas.

A identidade profissional, embora não claramente percebida como tal, é um dos pontos centrais na definição dessas concepções. E não é percebida, porque é idealizada. Desde o início do século a racionalização mexeu lenta e profundamente com a atividade jornalística, seja do ponto de vista empresarial, seja do ponto de vista dos próprios jornalistas e demais trabalhadores do setor. No início da história do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, em 1945, a instabilidade no perfil médio do jornalista paranaense começou a aumentar com a busca de algumas empresas por uma administração de cunho mais capitalista e menos afetada pelas ingerências políticas. Esse movimento começou antes nos grandes centros do país, mas rapidamente alcançou uma parte do empresariado de comunicação no Paraná. Essa movimentação no campo empresarial, com reflexos diretos no aspecto gráfico dos jornais e na atividade diária dos jornalistas, também implicou um novo perfil do profissional jornalista. Assim, permanentemente nos últimos 60 anos, a atividade jornalística passou por transformações – ora por pressão das empresas jornalísticas, ora por pressão dos próprios jornalistas.

Essas alterações tornaram o jornalista uma figura ora definida como boêmio, ora como intelectual, num momento como profissional de fortes convicções ideológicas e por vezes até partidárias, e em ou-

Para que serve um sindicato de jornalistas (I)



tro, profissional isento, imparcial; também esteve e continua dividido entre ser um profissional liberal ou um assalariado.

O Jornalismo, por sua vez, sofreu as mesmas indefinições: espaço para bicos profissionais, emprego para custeio de universitários de Direito, Medicina e outras profissões; trampolim político ou status social; mas também espaço da defesa do interesse público, da fiscalização do poder público, da divulgação de serviços à comunidade.

Essa gama de possibilidades, todas concretas e exemplificáveis, estabelece desde o início da década de 1950 a necessidade de que a função básica de um Sindicato de Jornalistas seja a de “unir a classe”, como foi comum ouvir de vários entrevistados. É quando o Sindicato passa a se estruturar e torna-se um espaço de interação institucional dos jornalistas com a comunidade. Mas se é necessário unir, há então uma percepção básica de que o grupo dos jornalistas paranaenses sempre esteve carente de algo que os unisse efetivamente.

Apesar das muitas possibilidades de enxergar pontos comuns entre eles, a questão da identidade profissional continuou nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a prevalecer em meio às disputas, como pano de fundo envolvendo diversos outros temas, inclusive o controle do processo de modernização das relações da imprensa com a sociedade.

Em busca da união, evitou-se a todo custo o conflito. Uma tendência que se tornou bastante apropriada a um conceito profissional, o da imparcialidade. Evita-se tomar partido entre partes em conflito (conceito válido para questões internas ou externas ao Sindicato), visando à isenção e ao distanciamento crítico, o que seria uma marca almejada, mas reconhecidamente difícil de ser atingida. Para muitos, essa imparcialidade é tão utópica quanto inegável como referência conceitual em tomadas de posição por parte dos jornalistas no seu dia-a-dia.

* Emerson Castro é jornalista e professor. (Continua na próxima edição)

BIBLIOTECA DA COMUNICAÇÃO

O GRANDE LIVRO DO JORNALISMO



Jon E. Lewis, 378 pp., São Paulo: José Olympio, 2008, R\$ 49,00

Editada por Jon E. Lewis, esta obra re-

úne 55 dos mais emblemáticos textos jornalísticos de todos os tempos. De "Um homem é guilhotinado em Roma", escrito por Charles Dickens em 1845, a "O relógio marcava 7h55 - precisamente o momento em que o míssil explodiu", de Robert Fisk, sobre a eclosão da Guerra do Iraque, em 2003, reúne a elite do Jornalismo. O volume traz ainda reportagens assinadas por Mark Twain, Jack London, John Reed, Dorothy Parker, Elliott V. Bell, John Dos Passos, John Steinbeck, George Orwell, Relman Morin, Merriman Smith, Norman Mailer, Hunter S. Thompson, Gore Vidal e Jon Krakauer, entre outros. As reportagens compiladas por Jon E. Lewis abrangem uma variadíssima gama de assuntos, da queda da Bolsa de Nova York ao casamento de Grace Kelly, passando pelo estouro dos Beatles, o assassinato de John Kennedy e a insurreição do Talibã no Afeganistão, mas estão unidas pela qualidade de seus textos. Nesse sentido, "O Grande Livro do Jornalismo" funciona como um verdadeiro manual de redação e estilo.

LELECO - PEÇA AUSENTE



Alexandre Costa Nascimento e Eduardo Mariot Araújo, 208 pp., LGE Editora, Brasília, 2008; R\$ 28,00.

Um dos pioneiros da imprensa em Brasília, nova capital federal, o jornalista Haroldo Cerqueira Lima, o Leleco, foi repórter po-

lítico do jornal Folha de S. Paulo credenciado junto ao Palácio do Planalto, onde trabalhou por quase três décadas cobrindo a gestão de todos os presidentes da República, entre os governos de Kubitschek e Sarney. Em 1978, Leleco venceu o Prêmio Esso de Jornalismo, o principal da categoria no Brasil, após uma entrevista exclusiva com o então futuro presidente, general João Figueiredo. Nesta obra, os jornalistas paranaenses Alexandre Costa Nascimento e Eduardo Mariot Araújo trazem a história de um dos mais respeitados jornalistas políticos brasileiros para discutir a imprensa durante o regime militar. Para sua elaboração, foram entrevistados, entre outros, Bóris Casoy, Ruy Lopes, Ana Lagôa, Getúlio Bittencourt e Jarbas Passarinho. O prefácio é assinado pelo senador e ex-vice-presidente Marco Maciel. O livro foi apresentado em dezembro de 2005 para uma banca de graduação do curso de Jornalismo da Universidade Tuiuti do Paraná, que o avaliou com a nota máxima.

MADEIRA DE LEI - UMA CRÔNICA DA VIDA E DA OBRA DE MIGUEL ZATTAR



Nilson Monteiro, 211 pp., ed do autor, Curitiba, 2008, R\$ 30,00

A vida e o trabalho de Miguel Zattar, empresário

do setor madeireiro precursor da silvicultura no Paraná, ganham notoriedade no livro "Madeira de Lei", do jornalista Nilson Monteiro. Com base em depoimentos de familiares, amigos, conhecidos, detratores e ex-sócios, entre outros personagens que conviveram com Zattar, o livro, desprovido de pretensões e dos rigores acadêmicos e de linguagem informal, traz uma leitura particular do empresário acerca de períodos e fatos que marcaram a história do Brasil e do Paraná. Mais do que uma bio-

grafia, Madeira de Lei é um livro dedicado à micro-história, com uma narrativa em que têm vez os pequenos construtores do dia-a-dia econômico e social representados por famílias tradicionais e visionárias, empresas e empresários, instituições e organizações. Mistura de densa coleta jornalística com pitadas de romance, embora não seja ficcional, o livro revela como Miguel Zattar trabalhou para fazer com que as Indústrias João José Zattar S.A, fundadas por seu pai, viessem a integrar um grupo seleto de empresas familiares ainda em atividade.

NARRATIVAS DE UM CORRESPONDENTE DE RUA



Mauri König, 336 pp. Pós-Escrito, 2008, R\$ 30,00

Repórter especial da Gazeta do Povo e um dos mais laureados repór-

teres brasileiros, Mauri König traz nesta obra reportagens premiadas por diversos organismos nacionais e estrangeiros. Os textos denunciam a dura realidade de pessoas que pertencem ao Brasil que não deu certo. São crianças, adultos e idosos que sobrevivem e trabalham em condições desumanas. Os personagens são encontrados nos lugares esquecidos ou invisíveis ao país. O autor explica que este livro se propõe a lançar luz sobre esta legião invisível. As reportagens nele reunidas expressam o que o repórter tem procurado fazer em 17 anos de jornalismo: humanizar o noticiário. Nesta compilação, Mauri não quis apenas reproduzir trabalhos já publicados. Por isso, compartilha com o leitor um pouco do processo de produção das reportagens: os riscos e as dificuldades de uma investigação jornalística, os conflitos éticos em torno de assuntos polêmicos, a relação com as fontes de informação, os resultados decorrentes das publicações.

TABELA DE PREÇOS - Outubro de 2008

SALÁRIOS DE INGRESSO

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico	1.961,82
Editor	2.550,37
Pauteiro	2.550,37
Editor chefe	2.942,73
Chefe de setor	2.942,73
Chefe de reportagem	2.942,73

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas. O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Assessoria de imprensa

Serviço mensal local	1.961,82
----------------------	----------

Redação

Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	105,27
---------------------------------------	--------

Mais de duas fontes:	50% a mais
----------------------	------------

Edição por página

Tablóide	136,33
----------	--------

Standard	163,35
----------	--------

Diagramação por página

Tablóide	68,18
----------	-------

Standard	92,96
----------	-------

Revista	50,67
---------	-------

Tablita / Ofício / A4	34,63
-----------------------	-------

Revisão

Lauda (1.440 caracteres)	27,43
--------------------------	-------

Tablóide	57,30
----------	-------

Tablita	43,21
---------	-------

Standard	119,81
----------	--------

Ilustração

Cor	162,65
-----	--------

P&B	108,30
-----	--------

Reportagem fotográfica - ARFOC (tabela nova)

Reportagem Editorial

Saída cor ou P&B até 3 horas	266,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 5 horas	401,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 8 horas	678,00
------------------------------	--------

Adicional por foto solicitada	98,00
-------------------------------	-------

Foto de arquivo para uso editorial	268,00
------------------------------------	--------

Reportagem Comercial/Institucional

Saída cor ou P&B até 3 horas	370,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 5 horas	587,00
------------------------------	--------

Saída cor ou P&B até 8 horas	978,00
------------------------------	--------

Adicional por foto	130,00
--------------------	--------

Reportagem Cinematográfica

Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante

Saída até 5 horas	289,00
-------------------	--------

Saída até 8 horas	354,00
-------------------	--------

Adicional por hora	100%
--------------------	------

Foto de arquivo para uso em:

Anúncio de jornais (interna)	580,00
------------------------------	--------

Anúncio de Revista (interna)	624,00
------------------------------	--------

Capa de Disco, calendário, revista, jornal	978,00
--	--------

Outdoor	1.230,00
---------	----------

Cartazes, Folhetos e Camisetas	401,00
--------------------------------	--------

Audiovisual até 50 unidades	1.661,00
-----------------------------	----------

Audiovisual acima de 50 unidades	a combinar
----------------------------------	------------

Diária em reportagem que inclui viagem	a combinar
--	------------

Reportagem aérea internacional	a combinar
--------------------------------	------------

Hora técnica	78,00
--------------	-------

Observações importantes: Lembramos que os valores acima referem-se apenas ao trabalho do profissional, incluído o uso do equipamento básico necessário para se executar uma cobertura fotográfica. Despesas com filmes, revelações, provas - contato, cópias, duplicatas, molduras, transmissões, transporte, alimentação, hospedagem, seguro de vida, credenciamento, dentre outras, correm por conta do contratante. Trabalhos realizados entre 22 e 6 horas, aos domingos e feriados e as saídas mistas (p & b e cor) serão acrescidas em 50%. Conforme a Lei 9610/98 o fotógrafo realiza um trabalho de criação intelectual, que não pode ser confundido com mera prestação de serviços, portanto a LICENÇA DE REPRODUÇÃO DE OBRA FOTOGRÁFICA é um documento legal de cobrança e deve substituir a nota fiscal de serviços. O crédito na foto é um direito do autor, obrigação de quem quer que divulgue, previsto pela Lei 9.610, de 19/02/1998. Trabalhos publicados sem crédito, junto à foto, sofrerão multa de 50% sobre seu valor, conforme a Lei 9.610 de 19/02/98. Na republicação, será cobrado 100% do valor da tabela. A foto editorial não pode ter utilização comercial. Certifique-se que a pessoa que vai lhe prestar o serviço de fotogrametria, é um profissional habilitado. EXIJA A IDENTIFICAÇÃO DE REPÓRTER FOTOGRÁFICO. Sugestões deverão ser encaminhadas ao Sindicato através do fax 41 224-9296 ou Correio Eletrônico: sindijor@sindijorpr.org.br

ASSOCIADO:

Atualize seu cadastro no Sindijor. Informe-nos por telefone [(41) 3224-9296] ou e-mail (sindijor@sindijorpr.org.br) sobre mudanças de endereço, telefone, endereço eletrônico e empresa em que é funcionário. Com cadastros atualizados dos trabalhadores, o Sindijor pode trabalhar melhor em prol da categoria



)))) ALESSANDRO MARTINS DEDICANDO-SE AOS BLOGS

O jornalista Alessandro Martins deixou a redação do Jornal do Estado. Continua editando seus blogs Livros e Afins, Um Investidor Iniciante na Bolsa de Valores, Quero Ter Um Blog, Cracatoa Simplesmente Sumiu e Eu Pratico Yôga

)))) COOPERATIVA DE JORNALISTAS RECEBE ADESÕES

A Fato Cooperativa Solidária de Jornalistas recebe novas adesões. Profissionais se encontram todas às terças-feiras pela manhã no Sindijor para discutir a criação e a atuação da cooperativa. Mais informações pelo e-mail melissandreata@yahoo.com.br

DEMOCRATIZAÇÃO

Nani Goes

Preparação para a Conferência de Comunicação cresce em evento nacional

■ Mobilização é para que conferência seja convocada ainda no início de 2009

» Audiência pública realizada na Assembléia Legislativa deflagrou o movimento no Paraná



A COMISSÃO Paranaense Pró-Conferência conseguiu o apoio do governador Roberto Requião para realização da Conferência Nacional de Comunicação. Requião recebeu membros da comissão no Palácio das Araucárias no dia 17 de dezembro a pedido do deputado Péricles de Mello, líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa. Durante o encontro, o governador se comprometeu a encaminhar um pedido oficial ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a promoção da conferência e declarou apoio à comissão estadual.

“Faço meu apelo ao presidente da República para que encampe a convocação de uma Conferência Nacional de Comunicação. Eles (os membros da comissão) me colocam um enfoque muito preciso: é o direito da cidadania à comunicação. Eu acho que isto é fundamental para qualquer democracia”, salientou o governador.

O apoio do governador paranaense acontece num momento importante da campanha Pró-Conferência. De acordo com o calendário de compromissos elaborado durante o Encontro Preparatório Pró-Conferência Nacional, que ocorreu em Brasília, no dia 2 de dezembro, o presidente Lula tem até 31 de dezembro deste ano para assinar o decreto convocando a Conferência para que o evento ocorra ainda em 2009. O encontro em

Brasília foi considerado o grande evento da campanha pró-conferência porque avançou em termos de participação plural e abertura para o debate. O encontro reuniu 66 organizações sociais e 250 pessoas, incluindo representantes do Executivo e do Legislativo. O Paraná foi representado por Rachel Bragatto, do coletivo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, e por Denise Matoso, do Conselho Regional de Psicologia do Paraná.

Luta local

A luta no Paraná se intensificou com atividades realizadas de 20 a 28 de outubro que fizeram parte da Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, organizada pelo sexto ano consecutivo em todo o país. O ponto alto da mobilização foi a audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, em Curitiba, que reuniu representantes de diversas entidades para definir estratégias locais de ação e quando a comissão paranaense Pró-Conferência foi oficializada.

A comissão regional é integrada pelo Sindijor, Coordenação dos Movimentos Sociais, Intervezes, Assembléia Popular, APP-Sindicato, Coletivo Soylocoporti, Terra de Direitos, Cefuria, Liderança do PT na Assembléia Legislativa, Conselho Regional de Psicologia do Paraná, UNE, UPE,

UPES, CUT-PR, DCE UFPR e PT Curitiba.

A agenda de atividades para o próximo ano está sendo programada pela comissão paranaense. A idéia é interiorizar o debate, realizando eventos nas cidades pólos do estado para mobilizar cada vez mais a sociedade. A primeira ação nesse sentido foi realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, que contou com a participação de 60 pessoas e trouxe as adesões da Federação das Mantenedoras de Rádios Comunitárias (Femar-com-PR) e do DCE UEPG.

Direito Humano

Os representantes de movimentos sociais e entidades que reivindicam a Conferência Nacional da Comunicação defendem a comunicação social como um direito humano e por isso a discussão sobre as políticas públicas para o setor precisa, necessariamente, ser aberta para participação da sociedade. A idéia geral é discutir a comunicação social em sua amplitude, desde o modelo comercial, a qualidade de programação e informação dos meios, as novas tecnologias, até a regulamentação das modalidades exploradas através de concessões públicas. Para saber mais sobre o assunto acesse: www.proconferencia.com.br, www.fndc.org.br, www.fenaj.org.br e www.intervezes.org.br.

)))) MORRE O ILUSTRADOR CLÁUDIO SETO

O desenhista, ilustrador e artista plástico Cláudio Seto faleceu no dia 15 de novembro, aos 64 anos. Ilustrador e chargista dos jornais Tribuna e O Estado do Paraná era considerado um dos precursores do mangá no Brasil e sua produção lhe valeu uma série de prêmios nacionais e internacionais.

)))) MUDANÇAS NA CBN CURITIBA

Carolina Gomes está à frente da Coordenação de Jornalismo da Rádio CBN Curitiba, no lugar de Michelle Thomé. Na reportagem, Renata Polatti assumiu o posto deixado por Giselle Hishida.

DIPLOMA

Batalha final no STF

Diante da ameaça à regulamentação, jornalistas se mobilizam para mostrar a importância da formação



PESQUISA

TRÊS EM CADA QUATRO BRASILEIROS QUEREM JORNALISTA COM DIPLOMA

ALUTA judicial pela obrigatoriedade do diploma está chegando ao fim. Provavelmente no início do próximo ano, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão julgar o Recurso Extraordinário 511961, originário da ação do Ministério Público Federal de São Paulo e do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) que desde 2001 tenta acabar com um dos pilares da regulamentação da profissão e que já conseguiu criar a bizarra situação pela qual mesmo pessoas com escassa formação educacional possam atuar como jornalistas – a legião dos precários.

Desde a edição das normas que regulamentam a profissão e instituíram a exigência do diploma – decretos-leis 972/69 e 83.284/79 -, a categoria dos jornalistas conseguiu avanços consideráveis na profissionalização da mídia e na adoção de padrões éticos mais compatíveis com a relevância social da imprensa. Contudo, a pretexto de supostamente salvaguardar a liberdade de expressão – que não é comprometida pela regulamentação profissional –, a Justiça pode promover um retrocesso enorme à imprensa e à sociedade em geral, caso opte pela desregulamentação. A mídia do país deve mergulhar numa espiral de amadorismo e precarização tanto do nível da informação oferecida pela imprensa quanto das relações de trabalho nas empresas de comunicação.

Segundo a presidente do Sindijor, Aniela Almeida, a importância da exigência do diploma reside na garantia do direito à informação independente

e plural. “O jornalista tem o dever ético de assegurar espaço às diversas opiniões ou versões de um mesmo fato.”

Resistência

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e os 31 Sindicatos que a compõem, realizaram mais intensamente desde o início do segundo semestre, uma série de atos em todo o país para informar a sociedade acerca da relevância da formação específica ao exercício da profissão como também sobre o perigo pelo qual passa essa mesma sociedade caso essa formação deixe de ser exigida pela legislação.

Para melhor informar não apenas a categoria, mas também a população, o Sindijor realizou manifestações nesse segundo semestre: em Curitiba, dia 13 de agosto, e em Ponta Grossa, no dia 19 do mesmo mês.

Mesmo sob chuva, os manifestantes distribuíram mais de 2 mil panfletos e receberam manifestações de apoio da população a favor da manutenção do diploma como exigência. As pessoas reagiram indignadas ao serem informadas do processo pelo fim da obrigatoriedade do diploma. A presidente Aniela Almeida esteve em debates em instituições de ensino como a PUC-PR e a Unibrasil e recebeu na sede do Sindijor estudantes interessados no tema.

Em Ponta Grossa, a manifestação aconteceu após palestra do diretor de Defesa Corporativa do Sindijor, Márcio Rodrigues, a alunos da UEPG, seguido de panfletagem no calçadão. Além desses alunos, outras participações

dos diretores do Sindijor se deram em faculdades de Jornalismo do Estado.

Em frente ao STF

Outro ato que marcou a reação da categoria ocorreu em Brasília. Definida pelo Congresso Nacional dos Jornalistas, a manifestação promovida pela Fenaj e Sindicatos foi na Praça dos Três Poderes, em frente ao STF. Vestindo camisetas da campanha, carregando faixas e banners e gritando palavras de ordem em defesa da profissão, centenas de profissionais, professores e estudantes de todo Brasil expressaram aos ministros do Supremo a necessidade de votos favoráveis à regulamentação profissional.

Os participantes, entre os quais Aniela e Rodrigues, pediram respeito ao Jornalismo e à sociedade brasileira, abraçaram a estátua da deusa Têmis, que representa a Justiça, e cantaram o Hino Nacional. Uma comissão foi recebida pelo secretário-geral da presidência do STF, Luciano Fuck, a quem foram entregues mais de 20 mil assinaturas em defesa da regulamentação.

Livros

Depois de Brasília, a coordenação da Campanha do Diploma, órgão acessório da direção da Fenaj centrou esforços no lançamento do livro “Formação Superior em Jornalismo – uma exigência que interessa à sociedade” como estratégia de informar a sociedade. Nesse sentido, foram feitos três lançamentos no Paraná. Um em Ponta Grossa, com apoio do Sesc e outro em Curitiba, com apoio da Livrarias Curitiba.

A pesquisa de opinião nacional feita pelo instituto Sensus e divulgada no dia 22 de setembro registra que a grande maioria da população brasileira é a favor da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Dos dois mil entrevistados em todo Brasil, 74,3% se disseram a favor do diploma, 13,9% contra e 11,7% não souberam ou não responderam.

Os dados foram muito comemorados pela organização profissional dos jornalistas. Para o presidente da Fenaj, Sergio Murillo de Andrade, este é melhor apoio que a campanha poderia obter, e o resultado da pesquisa renova as forças dos que estão lutando pela regulamentação profissional, especialmente com a proximidade do julgamento pelo STF. “Esses números da pesquisa Sensus mostram que a população brasileira tem a real dimensão da importância do Jornalismo para o País e que quer receber informações de qualidade, apuradas por jornalistas formados”, disse.

A Pesquisa Sensus quis saber ainda como a população avalia a criação do Conselho Federal dos Jornalistas. O resultado foi que 74,8% consideram que o Conselho deveria ser criado, 8,3% que não deveria ser criado, para 6,5% depende e 10,4% não sabem ou não responderam.